



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.025352/2025-13

Teresina-PI, 17 de junho de 2025

AUTO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O TERMO DE FOMENTO
N.º 10/2025

1. REFERÊNCIA:

Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse Financeiro à Organização da Sociedade Civil (OSC) – Termo de Fomento.

2. BASE LEGAL:

O art. 31, inciso II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, Decreto Estadual n.º 17.083, de 03 de abril de 2017 e suas alterações.

3. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL / PROPONENTE:

Fundação Nossa Senhora da Paz, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.789.292/0001-56.

4. ENDEREÇO:

Rua Tenente Brito Freire, n.º 3780, Vila da Paz, CEP 64.016-630, Teresina-PI.

5. OBJETO PROPOSTO:

O presente Termo de Fomento tem como objeto a cooperação técnica e financeira para Garantir a oferta de educação básica em nível médio na comunidade Vila da Paz e entorno, por meio da contratação de equipe técnico-administrativa composta por 25 (vinte e cinco) profissionais, assegurando os serviços essenciais de vigilância, secretaria, coordenação pedagógica, limpeza, merenda e supervisão escolar.

6. PÚBLICO-ALVO A SER ATENDIDO:

Direto – 388 alunos; (10 turmas na modalidade integral; e 04 turmas de Educação de Jovens e Adultos no turno da noite). Indireto: 1.200 Pessoas.

7. VALOR TOTAL DO REPASSE:

R\$1.006.027,52 (um milhão, seis mil, vinte e sete reais e oitenta e oito centavos)

8. PERÍODO:

Doze meses de início 07/2025 a 07/2026.

9. TIPO DE PARCERIA:

Termo de Fomento.

10. JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE:

10.1. Nos termos do Decreto Estadual n.º 17.083/2017 que regulamenta a Lei Federal 13.019/2014. O art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014 e suas alterações, que regem o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, justifica-se a inexigibilidade de chamamento público para a formalização do Termo de Fomento com a **Fundação Nossa Senhora da Paz**, pelos fundamentos a seguir expostos:

10.2. A entidade possui reconhecida atuação na área de interesse público a que se refere a presente parceria, apresentando histórico comprovado de atividades desenvolvidas em colaboração com o Poder Público, com resultados satisfatórios e alinhamento às diretrizes e metas institucionais da Secretária de Estado da Educação - SEDUC/PI.

10.3. O objeto da parceria contempla ações de relevante interesse público, a serem executadas por meio da aplicação dos recursos públicos no valor de R\$1.006.027,52, voltados à **manutenção de pessoal técnico-administrativo para suporte à rede de ensino público na região de Vila da Paz**.

10.4. A **Fundação Nossa Senhora da Paz** encontra-se expressamente identificada como beneficiária em na Lei 6.355, de 15 maio de 2013 da lei de subvenções sociais, que autorizam o repasse de recursos públicos a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, conferindo respaldo jurídico à presente celebração da parceria.

10.5. Nos termos do art. 11, do Decreto Estadual n.º 17.083/2017 combinado com o art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014, é inexigível o chamamento público quando a parceria decorrer de transferência prevista em lei orçamentária, em que a entidade esteja expressamente indicada como destinatária dos recursos, hipótese que se verifica no presente caso.

10.6. A proposta apresentada pela **Fundação Nossa Senhora da Paz** está devidamente alinhada aos objetivos e às diretrizes da Secretária de Estado da Educação (SEDUC/PI), conforme comprova o Plano de Trabalho anexo, o qual contempla metas, prazos, indicadores e resultados esperados compatíveis com a política pública setorial vigente.

10.7. Dessa forma, com base na legislação vigente, declara-se, para os devidos fins, a inexigibilidade de chamamento público para celebração de Termo de Fomento com a **Fundação Nossa Senhora da Paz**, observadas as normas legais, regulamentares e demais exigências aplicáveis.

10.8. Eventuais impugnações à presente justificativa poderão ser encaminhadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua disponibilização pública, por meio do endereço eletrônico: **[cacc@seduc.pi.gov.br]**.

Teresina-PI, datado e assinado eletronicamente.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 01/07/2025, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **018720753** e o código CRC **7A48AB14**.